

**Síntese da apresentação dos resultados da
avaliação externa da implementação do
Decreto-Lei n.º 3/2008**

Maio de 2009 – Dezembro 2010

Centro Cultural de Belém, 2 de Julho de 2010

Rune J. Simeonsson (consultor)

Sara Trinta Pinheiro
Ana Gabriela Tavares

Manuela Sanches Ferreira (coordenadora)

Mónica Silveira Maia
Sílvia Gonçalves Alves

Esta síntese surge na sequência da apresentação pública da primeira fase da avaliação externa da implementação do Decreto-Lei n.º 3/2008 e pretende sumariar os principais dados obtidos através da análise documental quantitativa dos processos de 252 alunos. Convém salientar que se trata de uma amostra com representatividade nacional (**v.d. apresentação de resultados preliminares** em <http://www.dgidc.min-edu.pt/especial/Documents/Manuela%20Sanches%20Ferreira2.pdf>).

De entre os vários Artigos deste Decreto, a nossa avaliação recaiu sobre: os procedimentos de referenciação (Art 5.º), de avaliação especializada e de elaboração do relatório técnico-pedagógico (Art 6.º); o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) como referencial na descrição da funcionalidade dos alunos elegíveis e não elegíveis (Art 6º, ponto 3); as medidas educativas seleccionadas para os alunos elegíveis e não elegíveis (Art 16.º).

Em conformidade com esta opção, os resultados serão expostos de modo a responderem a um conjunto de questões organizadas em três secções principais: **(1)** procedimentos de referenciação e de avaliação; **(2)** uso da CIF como referencial na descrição da funcionalidade dos alunos elegíveis e dos alunos não elegíveis; **(3)** respostas educativas/intervenção (**quadro 1**)¹.

Quadro 1. Sumário da apresentação dos resultados

(1) Procedimentos de referenciação e de avaliação	1.1. Quem esteve envolvido nas várias fases do processo? 1.2. A CIF, ou a sua linguagem, foi utilizada? 1.3. Quem foram as pessoas a quem mais se recorreu como fonte de informação? 1.4. Quais os métodos/instrumentos mais utilizados no processo de avaliação?
(2) Uso da CIF como referencial na descrição da funcionalidade dos alunos elegíveis e dos alunos não elegíveis;	2.1. Qual o perfil de funcionalidade, por referência à CIF, dos alunos sujeitos a avaliação especializada? 2.2. Como se diferenciam os perfis de funcionalidade, por referência à CIF, dos alunos elegíveis e não elegíveis para a Educação Especial?
(3) Respostas Educativas/intervenção	3.1. Quais as Medidas Educativas disponibilizadas pelas Escolas para os alunos não elegíveis? 3.2. Que Medidas Educativas são mais frequentes para os alunos elegíveis? 3.3. Quais os Contextos de Implementação do Programa Educativo Individual?

¹ Para efeitos desta síntese, os resultados apresentados dizem respeito ao estudo que teve por base a metodologia *Estudo de Caso*. A análise dos dados recolhidos através da metodologia *Grupos Focais*, cujas considerações iniciais foram expostas na apresentação pública dos resultados, encontra-se em desenvolvimento e será apresentada no relatório final deste projecto.

No que concerne ao Estudo de Caso a nossa amostra é constituída por 252 processos, dos quais 42% correspondem a alunos pertencentes ao 1ºCEB, 22% a alunos do 2º CEB, 23% ao 3º ciclo e 8% ao ensino secundário (1% - omite esta informação). Estes alunos têm idades compreendidas entre os 6 e os 20 anos, com média situada nos 13 anos. Cerca de 67% dos processos analisados correspondem a alunos do sexo masculino. Na leitura destes resultados, note-se que o número de processos analisados varia em função das diferentes fases examinadas (**Figura 1**) e das informações disponibilizadas nos processos.

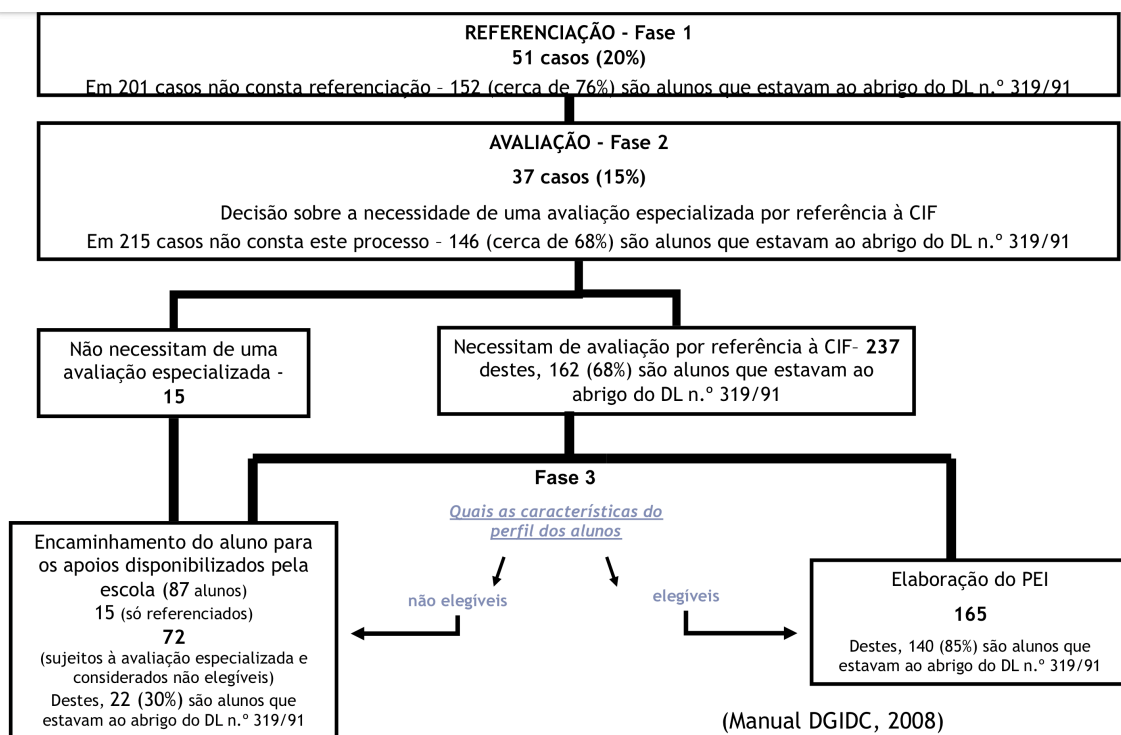


Figura 1. Distribuição de casos por fase do processo de avaliação/ intervenção

(1) Procedimentos de referencição e de avaliação

Ao considerar no processo de elegibilidade o perfil de funcionalidade do aluno – análise da interação entre Funções do Corpo, Factores Ambientais e Actividades/ Participação – este Decreto-Lei pressupõe o envolvimento de equipas interdisciplinares, o uso da CIF e o recurso de métodos e fontes de avaliação diversificados que contribuam para a pragmatização da avaliação biopsicossocial. Decorrente destes princípios nesta secção e como já o referimos (**v.d. quadro 1**), procuramos responder às seguintes questões: *quem esteve envolvido nas várias fases do processo?; a CIF, ou a sua linguagem, foi utilizada?; quem foram as pessoas a quem mais se*

recorreu como fonte de informação?; e quais os métodos/instrumentos mais utilizados no processo de avaliação?

No que respeita à questão “*quem esteve envolvido nas várias fases do processo?*” - considerando as assinaturas ou listagem dos intervenientes constantes nos formulários - os resultados mostram que existem em média: (i) 4 pessoas envolvidas no planeamento da avaliação especializada, isto é, nos processos relativos ao registo dos domínios de funcionalidade a avaliar e dos métodos de avaliação a utilizar; (ii) 3 pessoas na elaboração do relatório técnico-pedagógico; (iii) e 3 pessoas na elaboração do Programa Educativo Individual. O Professor de Educação Especial, o Professor Titular de Turma ou Director de Turma e o Psicólogo são os elementos mais frequentemente envolvidos ao longo destes processos, registando-se, respectivamente, em 96%, 87% e em 68% dos processos respeitantes ao planeamento da avaliação especializada; em 96%, 57% e em 48% dos relatórios técnico-pedagógicos; e em 94%, 100% e em 27% dos Programas Educativos Individuais.

Os pais, apesar de nem sempre de um modo expressivo, estão envolvidos em todas as fases do processo de avaliação e de intervenção: em 32% dos planos de avaliação especializada; em 11% dos relatórios técnico-pedagógicos; e em 35% dos Programas Educativos Individuais (PEI). Importa, contudo, notar que estes valores correspondem à participação dos pais enquanto elementos intervenientes na elaboração destes documentos. Já o registo da sua anuência verifica-se em 81% dos relatórios técnico-pedagógicos e em 92% dos PEIs analisados.

O uso da CIF como referencial ao longo do processo de avaliação e de intervenção foi alvo de escrutínio mediante análise da presença da sua estrutura taxonómica na natureza discursiva dos textos ou nas grelhas/ formulários constantes em cada uma das fases. Verificamos, assim, que o seu uso esteve presente em 93% dos documentos relativos ao perfil de funcionalidade (artigo 6º, ponto 3) e, ainda que não de carácter obrigatório, o uso da CIF parece emergente noutras etapas do processo, nomeadamente na referência (6%), na tomada de decisão sobre a necessidade de se proceder a avaliação especializada (43%) e na elaboração de objectivos de intervenção (3%).

Da análise documental dos processos pudemos identificar como *principais fontes de informação* relativas às componentes de Actividade e Participação e Factores Ambientais o Professor de Educação Especial (em 63 e 51 dos casos, respectivamente), o Director de Turma/Titular de Turma (em 72 e 65 dos casos, respectivamente) e os pais (em 30 e 59 dos casos, respectivamente). Os Psicólogos (em 66 dos casos), os Terapeutas (em 21 dos casos) e os

Médicos (em 43 dos casos) surgem como os principais informantes em relação às funções do corpo. Desta análise destaca-se, o relevante número de casos que incluem o aluno como fonte privilegiada de informação relativa à avaliação do desempenho de actividades e participação (em 25 dos casos) e dos factores ambientais circundantes (em 22 dos casos). Tal parece sugerir práticas consentâneas com o actual estado de arte que enfatiza a importância da participação do aluno no próprio processo de avaliação e intervenção na promoção de competências de auto-determinação.

No que concerne aos *métodos de avaliação utilizados*, os resultados sugerem que as equipas compreenderam a necessidade do recurso aos procedimentos mais informais – observação, entrevista, questionário, mostras de trabalho - para a descrição de um perfil de funcionalidade, constituindo cerca de 61% dos métodos usados, sem esquecer contudo a importância dos relatórios e dos instrumentos estandardizados que constituem cerca de 38% dos métodos usados (os restantes 1% correspondem a “outros métodos usados”).

(2) Uso da CIF como referencial na descrição da funcionalidade dos alunos elegíveis e dos alunos não elegíveis

Um dos eixos centrais introduzidos pelo Decreto-Lei consiste em fazer depender a elegibilidade dos alunos dos seus descritores de funcionalidade por referência à CIF. Interessa-nos, por isso, investigar de que forma a CIF tem sido usada na formulação de descrições que sustentam o processo de tomada de decisão acerca da elegibilidade e de que forma diferem os perfis de funcionalidade dos alunos considerados elegíveis e não elegíveis para respostas de educação especial. Assim, os resultados a seguir apresentados visam responder às seguintes questões **(v.d. quadro 1)**: *qual o perfil de funcionalidade, por referência à CIF, dos alunos sujeitos a avaliação especializada? Como se diferenciam os perfis de funcionalidade, por referência à CIF, dos alunos elegíveis e não elegíveis para a Educação Especial?*

Para responder à primeira questão, o número de categorias de funcionalidade usadas, assim como, o seu enquadramento nos diferentes componentes de funcionalidade foram analisados. Conforme podemos verificar na **tabela 1** a descrição da funcionalidade e incapacidade dos alunos sujeitos a avaliação especializada é constituída por uma média de 24.3 categorias: 6.8 categorias dedicadas às Funções do Corpo; 12.8 concernentes à execução de Actividades e à Participação; e 4.7 alocadas aos Factores Ambientais influentes no processo de incapacitação. Estas descrições são lideradas pela documentação da capacidade/desempenho na Actividade/

Participação (53% dos códigos usados), seguindo-se as referências às Funções do Corpo (28% dos códigos usados). Tal, parece sugerir a presença de um enfoque biopsicossocial das equipas na abordagem à incapacidade, ainda que os conteúdos relacionados com os Factores Ambientais, apesar de emergentes, são claramente menos abordados (19% dos códigos usados).

Tabela 1. Perfil de funcionalidade, por referência à CIF, dos alunos sujeitos a avaliação especializada

Componentes (fi e M de códigos)	Domínios	% intra	Códigos Totais: 5201; M=24.3
Funções do corpo (1459; M=6.8)	F. Mentais - b1	73%	<p>Factores Ambientais 19%</p> <p>Funções do Corpo 28%</p> <p>Actividades & Participação 53%</p>
	F. Neuromusculoesq. - b7	9%	
	F. Voz e Fala - b3	6%	
	F. Sensoriais e de Dor - b2	6%	
	Outros - b4; b5; b6; b8	6%	
Actividades & Participação (2742; M=12.8)	Aprend. e Aplic. do Conhecimento - d1	46%	
	Comunicação - d3	15%	
	Tarefas e Exigências Gerais - d2	10%	
	Interacções e relacionamento Interpessoais - d7	7%	
	Outros - d4; d6; d8; d9	22%	
Factores Ambientais (1000; M=4.7)	Apoio e Relacionamentos - e3	50%	
	Atitudes - e4	25%	
	Prod. & Tecnologia - e1	15%	
	Serv. Sist. & Serviços - e5	9%	
	Outros - e2	1%	

No que concerne à *identificação de diferenças significativas entre os perfis de funcionalidade dos alunos considerados elegíveis e não elegíveis para os serviços de educação especial*, usando o teste t para amostras independentes, verificamos que estes não se diferenciam pelo número de categorias utilizadas, mas sim pela severidade dos qualificadores utilizados nos seus perfis de funcionalidade, nomeadamente ao nível das Actividades e Participação e das Funções do Corpo. Conforme a **Tabela 2** ilustra, no perfil dos alunos elegíveis 83% dos qualificadores usados na descrição das deficiências ao nível das Funções do Corpo situam-se entre o moderado e o severo enquanto no perfil dos alunos não elegíveis a mesma percentagem está situada entre o ligeiro e o moderado. No que respeita às limitações/ restrições experienciadas ao nível da actividade e participação, cerca de 80% dos qualificadores usados nos perfis dos alunos considerados elegíveis sediam-se no moderado e no severo enquanto no perfil dos alunos não elegíveis cerca de 85% estão localizados no ligeiro e moderado.

Tabela 2. Níveis de severidade apontadas nas categorias de funcionalidade dos alunos elegíveis e dos alunos não elegíveis para a Educação Especial

	Funções do Corpo				Actividades & Participação			
	Ligeira	Moderada	Severa	Completa	Ligeira	Moderada	Severa	Completa
Elegíveis	10%	37%	46%	7%	10%	33%	47%	10%
Não Elegíveis	45%	38%	15%	2%	37%	48%	15%	<1%
Sig.	$t(185)=5.7, p<.001$ (bicaudal)				$t(206)=8.2, p<.001$ (bicaudal)			

Os qualificadores atribuídos aos Factores Ambientais, facilitadores ou barreiras, não se assumem como aspecto discriminante entre perfis dos alunos elegíveis e não elegíveis para as respostas de educação especial. Devemos, contudo, destacar que a abordagem aos Factores Ambientais é predominantemente orientada, em ambos os grupos, para a descrição dos recursos facilitadores existentes. A descrição de obstáculos à participação é feita em apenas 13.3% dos qualificadores atribuídos aos Factores Ambientais no aluno elegível e em 17% no caso dos perfis relativos aos alunos não elegíveis. Parte expressiva das barreiras identificadas é atribuída à família – entre 128 barreiras, quase metade ($n=63$) estão ligadas ao apoio e atitudes da família próxima e alargada (e310, e315, e410 e e415).

Tendo por base o método de resolução de problemas aplicado ao perfil de funcionalidade (Granlund, 2008), nos **quadros 2 e 3** apresentamos uma descrição dos perfis de funcionalidade padrão dos alunos actualmente considerados elegíveis e não elegíveis para os serviços da educação especial. Os perfis apresentados encontram-se fundados no número médio de categorias de funcionalidade usadas em ambos os grupos, nas categorias de funcionalidade mais frequentemente usadas e na severidade média constante em cada categoria.

Quadro 2. Perfil de funcionalidade dos alunos considerados elegíveis para os serviços de Educação Especial

Principal Problema	Explicação do Problema
<p>Actividade & Participação</p> <p>Aluno com restrições na participação educacional, manifestadas em: Dificuldades no concentrar (d160.3) e dirigir a atenção (d161.3); dificuldades em encontrar soluções para os problemas (d175.3) e em compreender e usar conceitos (d137.3).</p> <p>Manifesta limitações em comunicar e receber mensagens orais (d310.3) que se reflecte em restrições na manutenção de conversações (d350.3).</p> <p>A formulação e ordenação de ideias, conceitos e imagens (pensar – d163.3) encontra-se também condicionada, assim como o seu desempenho em actividades de escrita (d145.3; d170.3), de leitura (d166.2), de cálculo (d150.3; d172.3) e na realização de tarefas (d210.3).</p>	<p>Funções do Corpo</p> <p>Estas dificuldades parecem resultar de alterações sediadas no domínio das funções mentais, particularmente ao nível das:</p> <p>Funções da atenção (b140.3), memória (b144.3), intelectuais (b117.3), da linguagem (b167.3), das funções cognitivas de nível superior (b164.3 – p.e. abstracção e resolução de problemas), nas funções psicomotoras (b147.3) e na percepção (b156.3).</p> <p>Factores Ambientais</p> <p>A sua participação tem influência de facilitadores como:</p> <p>Apoio da família próxima (e310+3), dos professores (e330+3) e dos pares (e325+2).</p> <p>As atitudes da família (e410+3) e o uso de produtos e métodos na educação (e130+3) surgem também como facilitadores.</p>

Quadro 3. Perfil de funcionalidade dos alunos considerados não elegíveis para os serviços de Educação Especial

Principal Problema	Explicação do Problema
<p>Actividade & Participação</p> <p>Aluno com restrições na participação educacional, materializadas por: Dificuldades em ler (d166.2), escrever (d170.2), no concentrar a atenção (d160.2) e calcular (d172.2); dificuldades em encontrar soluções para os problemas (d175.2) e em formular e ordenar ideias, conceitos e imagens (pensar – d163.2).</p> <p>Manifesta dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita (d140.2; d145.2) e em comunicar e receber mensagens escritas (d325.2). Na gestão do comportamento apresenta, também, dificuldades (d250.2).</p>	<p>Funções do Corpo</p> <p>Estas dificuldades parecem resultar de alterações sediadas no domínio das funções mentais, particularmente ao nível das:</p> <p>Funções da atenção (b140.2), da linguagem (b167.2), da memória (b144.2), das funções cognitivas de nível superior (b164.2 – p.e. abstracção e resolução de problemas), nas funções de temperamento e personalidade (b126.2) e funções emocionais (b152.2).</p> <p>Factores Ambientais</p> <p>A sua participação tem influência de facilitadores como:</p> <p>Apoio da família próxima (e310+3), dos professores (e330+3).</p> <p>As atitudes da família (e410+3) e as atitudes dos pares (e425+2) surgem também como facilitadores.</p>

(3) Respostas Educativas/intervenção

No que respeita aos apoios disponibilizados pela escola para permitirem a adequação do processo de ensino-aprendizagem às necessidades educativas individuais dos alunos, tentámos responder às seguintes questões (**v.d. quadro 1**): *que medidas educativas são mais frequentes para os alunos elegíveis?*; *quais os contextos de implementação do Programa Educativo Individual?*; *quais as medidas educativas disponibilizadas pelas escolas para os alunos não elegíveis?*.

No que diz respeito aos alunos elegíveis, as medidas mais frequentemente encontradas são: o apoio pedagógico personalizado (82%); as adequações no processo de avaliação (77%); e as adequações curriculares individuais (46%).

O Currículo Específico Individual (CEI) surge em cerca de 41% dos casos da nossa amostra dos alunos elegíveis. Sendo uma medida que prevê alterações significativas no currículo comum e que assenta numa perspectiva de currículo funcional, examinamos se os perfis de funcionalidade de alunos alvo de CEI diferem significativamente daqueles que não o incluem entre as respostas educativas formuladas no âmbito da educação especial. Mediante o uso do teste t para amostras independentes, pudemos verificar que os alunos com a medida educativa CEI diferenciam-se dos outros alunos, também elegíveis, pela quantidade de categorias de funcionalidade constantes nos perfis (**tabela 3**) e não pela sua severidade.

Tabela 3. Categorias de funcionalidade usadas nos perfis de alunos elegíveis com e sem a medida educativa CEI

Componentes	Com CEI	Sem CEI	Sig.
Funções do Corpo	M=8	M=6	t(154)=-.61; p=.55 (bicaudal)
Actividades/ Participação	M=16	M=11	t(115.2)=-3.39; p=.001 (bicaudal)
Factores Ambientais	M=5	M=5	t(154)=-.45; p=.65 (bicaudal)
Total de Códigos	M=29	M=22	t(154)=-2.75; p=.007 (bicaudal)

Parece-nos relevante salientar que 10 das 16 categorias de Actividades e Participação mais frequentemente enunciadas nos perfis de funcionalidade dos alunos alvo de CEI correspondem ao domínio da aprendizagem e aplicação do conhecimento (d1), denotando-se reduzida representação dos domínios de relacionados com os auto-cuidados (d5), com a vida doméstica (d6), com as interações interpessoais básicas (d7), com áreas principais da vida (d8) ou vida comunitária (d9).

Os contextos de implementação das respostas educativas para os alunos elegíveis mais frequentemente definidos são a sala de aula do ensino regular (97%) e a sala de apoio (35%). As unidades especializadas em multideficiência (UEM) surgem como contexto de implementação das respostas em 21% dos casos.

No âmbito das medidas educativas para os alunos não elegíveis, verificamos como respostas mais frequentemente adoptadas o plano de recuperação (40%) e o apoio educativo (40%).

Para concluir poderemos afirmar que:

- (1) As equipas estão focadas nas características funcionais mais do que nas deficiências dos alunos;
- (2) A CIF trouxe um olhar intencional acerca dos Factores Ambientais, contudo ainda há uma reduzida identificação de barreiras;
- (3) A avaliação especializada tem implicado o recurso a fontes diversificadas de informação e o uso de métodos informais de avaliação mais consentâneos com o modelo biopsicossocial;
- (4) As escolas e as equipas estão a usar a CIF e respectiva linguagem no processo de identificação das necessidades educativas dos alunos para a Educação Especial;
- (5) As crianças elegíveis apresentam uma maior severidade nas suas características funcionais, o que é compatível com o referido no Decreto-Lei 3/2008;
- (6) Para o perfil de funcionalidade dos alunos com a medida CEI ainda contribuem mais os aspectos de aprendizagem e aplicação do conhecimento (d1), do que aqueles relacionados com os auto-cuidados (d5), com a vida doméstica (d6), com as interações interpessoais básicas (d7), com áreas principais da vida (d8) ou vida comunitária (d9).

Contudo, tal como qualquer lei, a implementação desta passa por várias fases. O próximo estudo deste projecto tem por objectivo clarificar alguns dos aspectos analisados a partir dos Grupos Focais, especificamente, as seguintes dificuldades enunciadas pelos participantes: (i) a morosidade do processo que torna necessário o desenvolvimento de mecanismos de simplificação, preservando do rigor do mesmo; (ii) a formação; (iii) e a organização e autonomia das escolas, nomeadamente no que concerne à articulação entre as medidas educativas do Decreto-Lei n.º 3/2008 e todas as outras respostas educativas/ despachos normativos, que permita organizar a escola como uma constelação de serviços.